

estudos e debates

Mário Murteira

Teoria do valor trabalho e crítica da ciência económica

A teoria do valor trabalho desempenha, no pensamento de Marx, a função de proporcionar fundamento científico a uma teoria global da alienação e a uma análise das tendências de evolução a longo prazo do capitalismo. A recusa daquela teoria pela ciência económica ortodoxa — de que hoje Samuelson é expoente máximo — suscita uma interrogação de fundo: serão falsos os problemas levantados por Marx ou será irrelevante a ciência económica ortodoxa? A resposta tem de ser matizada. A ciência económica ortodoxa tem validade científica no campo em que se situa, que é principalmente o do social engineering. Mas a problemática marxiana, devidamente reformulada, continua a ter pleno sentido: alienação e exploração são termos que evocam experiências sociais muito concretas da segunda metade do século XX. Por outro lado, o paradigma marxiano não visa tanto o social engineering, quanto a crítica e a transformação da ordem socioeconómica existente. Simplesmente, verifica-se com frequência que prestam melhor serviço a Marx alguns dos que o atacam do que muitos dos que o defendem.

I

PREPARANDO O TERRENO

1. Uma forma útil de avaliar o estado dos conhecimentos científicos em determinado domínio é examinar, para um certo período, o teor dos manuais que dão ingresso aos candidatos interessados na participação na comunidade científica em causa. É interessante, por isso, comparar a primeira edição (1948) com a mais recente (a nona, de 1973) do famosíssimo *Economics* [1a] de Paul Samuelson, além do mais, autor consagrado pelo Prémio Nobel. Note-se que o próprio autor inclui essas edições nas melhores «colheitas» da sua vinha.

Certas diferenças, num período que cobre um fascinante e agitado quarto de século, são fáceis de prever e interpretar — por

exemplo, quanto à omissão dos problemas do crescimento e do desenvolvimento, na primeira edição —, mas outras são de menos óbvia explicação e, talvez por isso, mais reveladoras de certas tendências de fundo na corrente do pensamento económico. Samuelson não é um conformista e considerá-lo (é o que estamos fazendo) como principal expoente do *establishment* na ciência económica dita ortodoxa exige que se faça suficiente justiça ao cientista e ao património cultural que representa. É daqui que importa partir.

Por agora, interessa-nos apenas destacar *um aspecto* nessa comparação: a perspectiva crítica, autocrítica por assim dizer, que na nova edição aparece claramente anunciada como a grande novidade. Crítica de quê e formulada como? Crítica da própria ortodoxia da ciência económica e *também* de certos fundamentos da heterodoxia. Para precisar ideias, confrontemos Marx referido na primeira e na nona edição do *Economics*.

Na edição de 1948, Marx é referido em cinco passagens dum livro de 600 páginas. A teoria do valor trabalho é mencionada numa dúzia de linhas, a propósito do sistema de preços no estado socialista. Samuelson diz expressamente¹ que não é necessário entrar na discussão acerca do que Marx «entendeu por teoria do valor trabalho e se ele pretendeu que fosse aplicável numa economia socialista a curto ou longo prazo».

Na edição de 1973 — e a tendência já vem de trás, noutras edições —, Marx e o marxismo são abundantemente referidos, a teoria do valor trabalho é exposta e discutida com alguma profundidade e os «ventos de mudança» na evolução do pensamento económico são lealmente apresentados ao leitor².

Deixando o manual e observando mais de perto o seu autor, encontramos Samuelson, no momento do encontro anual da American Economic Association de 1967 — comemorando o centenário da primeira edição do primeiro volume de *O Capital* —, interrogando-se sobre se Marx fora um génio ou um excêntrico (*genius or crank*) [1b]. Entre outras considerações, recorda que classificou Marx (como economista) não mais do que um «pós-ricardiano» menor. No entanto, vê-se que Samuelson continua interessado pelo pensamento marxiano e, entre outras contribuições, elabora um artigo fundamental em 1971 [1c] sobre a teoria do valor trabalho, que consideraremos mais adiante. A sua conclusão básica é a de que o chamado problema de transformação de valores em preços é um falso problema (é um processo de «rejeição e substituição»), podendo a visão marxiana essencial sobre a exploração ser desenvolvida em termos de lucros e preços, sem necessidade de recurso aos «valores». Estes só confundem, nada esclarecem nem orientam (mesmo na economia socialista).

2. Talvez menos lido que o manual de Samuelson, o *Traité d'économie marxiste*, de Ernest Mandel [1969, 2a], foi, mesmo assim, editado numa dezena de línguas. É provável que a maioria dos

¹ Paul SAMUELSON, *Economics*, 1948, p. 596.

² *Id.*, *ibid.*, 1973, pp. 839 e segs.

leitores de cada um dos dois manuais desconheça o outro e talvez mesmo o seu autor. Em todo o caso, a segurança de Mandel na sua ortodoxia é, pelo menos, equivalente à de Samuelson³:

«La grande supériorité de la méthode marxiste, comparée aux autres écoles économiques, réside en effet dans cette synthèse dynamique d'histoire et de théorie économiques, qu'elle seule permet d'effectuer.»

E sobre a teoria do valor trabalho afirma com idêntica convicção⁴:

«En découvrant le secret économique de la plus-value — la différence entre la valeur de la force de travail et la valeur créée par la force de travail — il [Marx] put résoudre toutes les contradictions de la théorie de la valeur travail et asseoir la théorie économique sur une base scientifique cohérente.»

Um outro manual marxista sobre economia largamente divulgado é a *Theory of capitalist development*, de Paul Sweezy [1942, 3]. O cap. VII da obra trata do problema da «transformação» dos valores em preços e é considerado por Samuelson como boa exposição do problema. Sweezy afirma: que o problema era secundário para Marx; que o erro cometido por aquele no vol. IV de *O Capital* (na «transformação» dos valores em preços, ficando-se a «metade do caminho») é superável, pelo método de Bortkiewicz; que o facto de os preços não somarem, em geral, o mesmo que os valores é pouco significativo, e que as leis do desenvolvimento capitalista formuladas por Marx restam incólumes. A ver vamos.

Anos antes, no entanto, Oskar Lange, num artigo frequentemente citado, publicado em *The Review of Economic Studies* [1935, 4], não tivera hesitação em reconhecer na teoria do valor trabalho o maior obstáculo no progresso analítico da economia marxiana, considerando aquela uma teoria estática do equilíbrio económico geral, «apenas sustentável em economias de troca não capitalistas de pequenos produtores, cada um dos quais possui os seus próprios meios de produção (uma economia composta de pequenos artesão independentes e de camponeses)». Porém, tal como Sweezy e outros autores da mesma corrente, considerava que a superioridade da economia de Marx se encontra na sua capacidade para explicar as tendências fundamentais da evolução do capitalismo.

3. A divulgação da obra de Robert Khun sobre a natureza das revoluções científicas [1970, 5], obra orientada embora para a temática das ciências da natureza, veio fornecer aos economistas⁵ uma visão sugestiva do conflito entre escolas no terreno

³ Ernest MANDEL, *Traité d'économie marxiste*, vol. I, p. 14.

⁴ Id., *ibid.*, vol. IV, p. 217.

⁵ SAMUELSON parece considerar em grande medida ilegítima a transposição do «paradigma de KHUN sobre os paradigmas» para as ciências sociais [1973, 1c], mas refere-o com frequência, mesmo no *Economics*. Uma explanação sumária da interpretação de KHUN encontra-se na nossa nota publicada

da sua ciência. Sweezy [1970, 3b] não hesitou em comparar — na linha de Khun — um *paradigma marxiano* com um *paradigma ortodoxo*, embora quedando-se num simples afloramento de questões. De momento registamos apenas o excessivo esquematismo da distinção, ao menos do lado da economia dita ortodoxa⁶. Será suficiente notar a qualidade e diversidade de heterodoxos como J. Robinson, Piero Sraffa, Gunnar Myrdal, Oskar Morgenstern, François Perroux, sem falar de economistas não necessariamente marxistas nem «ortodoxos», designadamente Celso Furtado. Qual é o paradigma que cobre ou que promete (anuncia) aquela meia dúzia de autores? Em lugar dum «paradigma» ortodoxo teremos, antes, um efeito de dominação de certa corrente de autores de expressão inglesa, não necessária e exclusivamente decorrente do seu mérito científico. Vale a pena, a este propósito, referir o depoimento qualificado de Oskar Morgenstern [1972, 6], co-autor com Von Neumann da famosa *Theory of games and economic behavior*⁷.

Morgenstern apresenta «treze pontos críticos» na situação actual da teoria económica. A maior parte dessas críticas refere-se, directa ou indirectamente, à teoria do equilíbrio geral, àquilo que designa por «fixação Walras-Pareto». Convém registar alguns pontos fundamentais levantados por Morgenstern.

Num sistema económico em que os agentes se não encontram sob *contrôle* centralizado, os problemas que surgem não são, em geral, susceptíveis de formalização em termos de maximização ou minimização. A interacção de agentes individuais, cada um parcialmente dependente e influente nos restantes, determina relações de poder, estratégias de colusão, cooperação ou conflito. Isto é, em particular, verdadeiro no campo da formação dos rendimentos, além do oligopólio. Problemáticas desta natureza requerem uma aproximação diferente das matemáticas clássicas: daí o mérito de Von Neumann e Morgenstern ao construírem um novo instrumental matemático *adequado às ciências sociais*.

Ataque da teoria do equilíbrio, reafirmação do potencial analítico da teoria dos jogos, eis o essencial da crítica de Morgenstern à economia convencional. Não há aqui qualquer «radicalismo» de feição política; todavia, é-nos difícil imaginar contestação mais radical na formalização da economia, à maneira dominante no pensamento económico ocidental de expressão inglesa.

Formulamos a questão, sem ter resposta para tanto: se a obra de Neumann e Morgenstern de 1944 tinha o essencial, pelo menos o ponto de partida, para reconstruir o (possível) paradigma ortodoxo,

na *Análise Social*, n.º 38, intitulada «Progresso científico e progresso da ciência económica».

⁶ Não seria difícil mostrar que o outro «lado» não é também tão homogéneo como poderá supor-se. E, além do mais, há ciência *normal* (no sentido de KHUN) dentro do suposto ou real paradigma marxiano? Será «normal» o marxismo revolucionário como arma de combate (nas sociedades não socialistas) ou promovido a ideologia oficial nas sociedades que se afirmam inspiradas em MARX? Muito mais haveria a perguntar.

⁷ A primeira edição é de 1944, mas a segunda (revista, 1947) é a referência básica. O livro de LUCE e RAIFFA *Games and Decisions* (Wiley & Sons, 1957) é boa introdução para o leitor com «sofisticação» matemática mas

como se explica a frustração do segundo daqueles autores em 1972, perante o estado presente da ciência económica? É certo que, como dizem Luce e Raiffa, mantendo a esperança na teoria dos jogos, a avaliar pela física, a escala temporal dos impactes no desenvolvimento teórico é da ordem das décadas ⁸.

4. Após esta digressão algo impressionista, o leitor merece uma explicação sobre qual o terreno que vimos preparando. É muito simples a nossa ideia básica de partida: a ciência económica ortodoxa é largamente contestada nos seus fundamentos, de «dentro» e de «fora» da comunidade científica reputada, consagrada internacionalmente. Embora possivelmente sem grande interesse intrínseco na actualidade (é a nossa opinião) a teoria do valor trabalho é um magnífico campo de batalha para observar a capacidade das forças em presença, os seus objectivos, as armas e estratégias de que dispõem. Há, pelo menos, quatro razões para escolher tal terreno de observação, para quem estiver sobretudo interessado em penetrar nos segredos e meandros da produção teórica em economia ⁹:

Primeiro, é área ainda hoje muito quente de controvérsia entre economistas ortodoxos e marxistas (e entre os próprios ortodoxos e os próprios marxistas). Não fora isso, Samuelson não se teria interessado tanto — e tão recentemente — pelo assunto.

Segundo, trata-se de matéria ainda susceptível de contribuições teóricas importantes, até como crítica de economia política (Marx fê-lo em 1867, Sraffa em 1960, sem dever muito ao primeiro, mas sim a Ricardo, ou seja, tendo embora a mesma filiação espiritual).

Terceiro, trata-se de área particularmente interessante no domínio da história de análise económica (à Schumpeter), e poucos duvidarão hoje de que compreender a segunda requer (além do mais) perceber a primeira.

Quarto, certo ou errado, há nalguns autores a convicção ou a esperança de que a teoria do valor trabalho revista hoje trará alguma luz sobre os conceitos de exploração e alienação, relativamente aos quais continua (ao que parece) a haver uma prática sem convincente teoria. Mesmo que a teoria fosse convincente há um século. E a prática também, na fase brutal, mas ascendente, do capitalismo.

II

REVISTA ÀS TROPAS

1. É conveniente separar, numa breve revista às críticas e contracriticas da teoria do valor trabalho, as seguintes matérias, total ou parcialmente independentes em pura lógica; a) pressupostos extracientíficos; b) relevância da teoria perante os proble-

⁸ LUCE e RAIFFA, *Games and Decisions*, Wyley & Sons, 1957, p. 10.

⁹ É a principal (e doentia) curiosidade do autor neste texto.

mas, por ela ou fora dela, identificados; c) consistência interna; d) operacionalidade para a gestão óptima duma economia de *controle* centralizado.

Recordemos sumariamente do que se trata.

Quanto a a):

O trabalho pode ser considerado como *essência, origem ou medida* do valor. A afirmação mais inofensiva é a última. Das duas primeiras podem concluir-se as mais radicais condenações da propriedade privada dos meios de produção, divorciada do trabalho. *Postular* que só o trabalho «cria» valor é diferente de *definir* o valor como conteúdo em trabalho (socialmente necessário, médio, etc.) da mercadoria. Aceitar ou rejeitar uma definição é pôr um problema de fecundidade instrumental dum conceito. *Postular* que só o trabalho, ou a força de trabalho, cria valor é partir (sem adiantar justificação racional) dum juízo de valor sobre um sistema de organização social. Aceitar o trabalho como medida de valor — padrão possivelmente conveniente, se admitirmos uma teoria do salário mínimo de subsistência, com a «hora» de trabalho médio equivalente a certo conjunto de bens de consumo — é ou não fecundo conforme o modelo escolhido para explicar os preços relativos. Voltaremos a isso.

Quanto a b):

Tradicionalmente, a teoria do valor pretende explicar valores relativos (relações de troca); Marx juntou-lhe uma teoria da exploração — considerada inseparável da primeira —, que, segundo ele, se tornaria, nas mãos dos militantes, o detonador do sistema capitalista, ele próprio preparando a sua explosão final.

Se existe um problema autónomo de valor absoluto ou essencial das coisas, ele é «metafísico», filosófico, se quisermos, remetendo talvez para a axiologia¹⁰. Noutro sentido, mais modesto, é questão duma teoria monetária que complete a teoria dos valores de troca ou dos preços relativos. Temos assim, em substância, duas problemáticas no objecto da teoria do valor trabalho: valores de troca e de exploração. A esta última vêm associadas, em Marx, as questões do excedente (mais-valia) e da alienação.

A teoria do valor trabalho não fornece explicação satisfatória dos valores de troca, mesmo que admitamos, como mera hipótese de trabalho, a concorrência perfeita conduzindo à taxa uniforme de lucro. Preços e «valores» só seriam equivalentes no caso das idênticas composições orgânicas do capital, hipótese, quando muito, útil para fins expositórios. «Transformar» valores em preços,

¹⁰ O leitor escolherá, por exemplo, uma das seguintes formulações: o valor da mercadoria reside no trabalho humano aí cristalizado (projecção da capacidade criadora do homem na sua relação com a natureza, relação mais ou menos alienada, consoante o modo de produção onde se situa, a caminho do comunismo óptimo e terminal); o valor está na utilidade marginal que me proporciona, que não é comparável com a do meu vizinho. A segunda afirmação é «ideológica», no sentido de MARX; as duas são «ideológicas» (respeitam à *visão* pré-científica) no sentido de SCHUMPETER, sentido que pessoalmente preferimos.

como claramente mostrou Samuelson [1c e 1d], é multiplicar «alguma coisa» por «outra coisa sobre alguma coisa» para chegar a «outra coisa». Ou, dito doutra maneira: dada certa produção física, obtida por determinada alocação de horas de trabalho, dadas as quantidades «de subsistência» a subtrair para reprodução da força de trabalho, a taxa de lucro e o sistema de preços consistente com os dados do problema¹¹ são calculados *independentemente* da expressão da produção em valores. Estes são *redundantes* ao menos neste aspecto.

A problemática da exploração, qualquer que seja o sentido desse termo, é susceptível de ser tratada sem recurso aos «valores» em trabalho. Admitamos três conceitos possíveis de exploração: o trabalho não recebe *todo* o valor acrescentado (na linguagem convencional da economia ortodoxa), portanto o operário *dá* certas horas da sua jornada ao capitalista; o trabalho não recebe certa percentagem, considerada «justa», daquele valor; ainda recebendo esta percentagem, o trabalho *não decide* da utilização da parte restante do produto criado.

Nenhuma destas posições é (apenas) racionalmente defensável; depende da visão ou ideologia de cada um, o que não significa que seja indiferente ou irrelevante tomar posição sobre isso. Mas, se se pretende uma teoria da exploração com mérito descritivo e (ou) normativo, a teoria do valor trabalho não ajuda, só confunde, em qualquer caso.

No pensamento de Marx, sabe-se como foi por ele e seus seguidores considerada de transcendente importância a distinção entre trabalho e força de trabalho [7a e 7b]. Isso permite-lhe estender a definição do valor das mercadorias ao próprio trabalhador e assim fechar a conceptualização do seu sistema lógico.

A passagem, porém, se não se trata de mero jogo de palavras, ou de conceptualização «filosófica», exige a demonstração da necessidade do salário mínimo de subsistência, mesmo evoluindo em função dum «elemento moral e histórico».

Como escreveu Maurice Dobb [1970, 8], que não poderá ser tomado por adversário de Marx:

«Marx's concept of the value of labour power is within the context of what might be called 'pure' capitalism, with labour power of individuals sold competitively like everything else. The introduction of collective bargaining into the picture is itself an element of 'impurity'. The price of labour power may no longer correspond with its value and may rise at the expense of the rate of surplus value. From a theoretical point of view one will then have to postulate how much surplus value is included in the wage as a result of the existing balance of social forces (or alternatively postulate simply what the real wage is).»

Encontramos aqui — como seria de esperar — razões específicas de divergência entre valores e preços. Dizer que uma parte da mais-valia fica incluída no salário, como resultado do jogo

¹¹ Dados «tecnológicos», por um lado, como coeficientes técnicos numa matriz *input-output* e «institucionais», por outro, quanto à definição do mínimo de subsistência.

das forças sociais, é abrir o caminho para qualquer teoria «sociológica» da repartição. Uma vez mais, a teoria do valor trabalho aparece como algo a remover, para chegar às análises relevantes.

Quanto à consistência interna da teoria:

O teste desta natureza não se põe aqui nos mesmos termos que os de qualquer outro modelo teórico. Marx foi economista à *contre-cœur*: mau grado seu, filósofo por natureza (isto é, interessado nas sínteses mais do que nas análises), a realidade revelou-lhe que a anatomia da sociedade se encontra na economia política. Mesmo assim, ninguém porá em dúvida o juízo de Lenine sobre a complexa natureza da sua obra, conjugação da filosofia alemã, do socialismo francês e da economia política inglesa.

Por tudo isto, os defensores de Marx podem facilmente buscar noutra instância a explicação das inconsistências (talvez aparentes) apontadas em certo plano analítico. Filosofia, economia e sociologia marxiana protegem-se mutuamente num imponente sistema conceptual. Os que experimentaram a controvérsia — mesmo em clima de *fair play*, aliás difícil de conseguir — com seguidores de Marx conhecem o complicado jogo de escondidas em que inevitavelmente mergulham. Adiante, em III, retomaremos o assunto.

Sabe-se que Schumpeter considerou Marx o mais metafísico dos teóricos, sem negar-lhe, aliás, a maior admiração. E ainda a mesma autoridade da História da Análise Económica que nos assegura ter sido Marx o único autor que se ocupou do problema do valor *absoluto*, ou essencial [1954, 9a]. Como aferir, nestas condições, da consistência interna da teoria *económica* de Marx?

O marxista convicto não se deixará impressionar pelas incongruências do problema da transformação de valores em preços, mesmo quanto ao caso especial, mas, só por si, decisivo, da mercadoria força de trabalho. Reconhecerá, talvez, que Marx errou ao afirmar categoricamente que no momento em que a oferta e a procura se equilibram, e portanto deixam de agir, o preço de mercado de uma mercadoria coincide com o seu valor real [7c]. Mas reservará, intacta, a visão marxiana sobre o processo económico em que a criação de valor deriva duma exploração que apenas será abolida com o próprio sistema. Inútil será, quase sempre, tentar convencê-lo a usar ou inventar outros conceitos que melhor se adequem a uma *nova* crítica necessária a um *novo* capitalismo, nacional e internacional¹².

Possuirá a teoria do valor trabalho mérito *normativo*, no sentido de fornecer critério de aplicação de recursos na economia socialista? Também, nesta última questão, encontramos uma resposta negativa. Walras, Sraffa, Leontieff ou Samuelson, entre outros, parecem, cada um à sua maneira, muito mais úteis do que Marx para o esclarecimento da questão.

É indubitável que o melancólico reconhecimento de Lange — por «ironia do destino», a economia burguesa é mais capaz de

responder ao problema da distribuição ideal dos recursos produtivos na economia socialista [1935, 4] — mantém inteira validade.

Esta brevíssima «revista» às tropas parece então mostrar-nos que a teoria do valor trabalho é abstrusa, pior do que inútil, porque confunde onde mais desejaríamos esclarecer-nos.

Mas será legítimo arrumar o assunto de forma tão simplista?

III

O COMBATE DO SÉCULO: MARX CONTRA SAMUELSON

1. Tentemos, com a melhor boa vontade e simpatia (continuando, mesmo assim, desesperadamente burgueses), defender Marx das críticas à teoria do valor trabalho. A linha essencial de defesa consiste em: 1) demonstrar que os pontos levantados na parte anterior enfermam dum *colossal mal-entendido*; 2) repor todos os termos da questão.

Sendo indubitavelmente presunçoso no simplismo da afirmação, reconheçamos que há na sinfonia do pensamento marxiano dois temas básicos e interligados: a interpretação do trabalho alienado e a teoria materialista da história.

A teoria da história caracteriza-se pelas teses seguintes: a infraestrutura da sociedade (a sua anatomia) encontra-se na instância económica, ao nível do modo da produção; a contradição mais íntima ao modo de produção encontra-se no desfasamento entre a evolução das forças produtivas e das relações de produção; esse desfasamento exprime-se numa luta de classes; o processo histórico encaminha-se para uma superação das classes, logo, para uma sociedade *terminal* (ou limite?), que também será *ótima*. Não há, em rigor, herói e vilão na história; cada um desempenha um papel necessário — proletário e capitalista, por exemplo — ao serviço de longa e inelutável caminhada no sentido da expansão das forças produtivas. No entanto, se queremos tomar partido pelo futuro — pela «Verdade, pela Moral e pela Justiça» [7d] —, devemos alinhar pelos oprimidos, pois são eles que transportam o facho da libertação do homem.

E daqui passamos ao tema do trabalho alienado ¹³.

A alienação económica, ao nível do modo de produção, é a raiz de todas as outras alienações, da religiosa, por exemplo, ou da ideologia, em geral. A alienação económica do homem é dissecada a quatro níveis [7e]: no acto de produzir — o operário é espoliado de parte do produto do seu trabalho; no processo de produzir — o trabalho não realiza, coisifica o homem; perante a natureza — meio de subsistência, como para os animais, não prolongamente do ser humano; perante os outros homens — não são relações de amor que se exprimem no trabalho e pelo trabalho,

¹³ Tema, aliás, cronologicamente anterior na génese do pensamento de MARX. Ver MANDEL [19, 2b]. Sem entrarmos na discussão sobre o «novo» e o «velho» MARX, reconhecemos apenas a nossa adesão aos que não vêem descontinuidade entre os dois, nem lugar para valoração de um em detrimento do outro.

mas relações de luta, de opressão e revolta. Superar a alienação é suprimir a propriedade privada dos meios de produção, mas parece haver lugar para um *processo* histórico de desalienação, não passagem simples duma situação à outra.

Que significa, neste contexto, a teoria marxiana do valor trabalho? Uma tentativa de exprimir em categorias científicas — não duma ciência económica parcelar, mas antes da ciência social total — a visão anteriormente exposta. Visão e modelo marxianos são inseparáveis e não é possível confrontá-los directamente (sem tradução) com o pensamento de Smith e Ricardo, por um lado, ou Sraffa e Samuelson, por outro lado. Reconhecer isto não invalida a consistência lógica das críticas que referimos atrás. Simplesmente, é compatível reconhecer essa consistência e, ao mesmo tempo, admitir que nada de essencial se destrói em Marx quando negamos a correspondência entre preços e valores, designadamente quanto ao valor da força de trabalho. O essencial está alhures.

2. A teoria do valor trabalho desempenha no pensamento de Marx uma função que pode ser e tem sido interpretada de formas diversas: para uns é apenas desnecessário tropeço, que convirá remover para que o resto surja mais claro e convincente (por exemplo, além de Oskar Lange, é a posição de Joan Robinson); para outros é a expressão científica, a cabal demonstração da fecundidade objectiva das intuições do jovem Marx em 1844 (posição de Mandel, e a «ortodoxa», segundo cremos, no campo marxista); para outros ainda, como Meek [1967, 10] ou Sweezy [1942, 3], a teoria do valor trabalho é válida e necessária, embora careça de importantes correcções e complementos. Ora bem: *nenhuma* destas posições nos parece inteiramente satisfatória, embora estejamos mais próximos da primeira do que de qualquer das outras.

O *espaço* ocupado pela teoria do valor trabalho no pensamento marxiano carece de ser reexaminado, para que melhor se compreenda a forma como Marx procurou ocupá-lo. Esse espaço, repetimo-lo, corresponde ao seguinte: fundamentação objectiva, ao nível da instância económica — ou da análise do sistema económico —, duma teoria global da alienação; idem quanto às tendências da evolução a longo prazo naquele sistema. A «explicação» dos valores da troca é subproduto do projecto teórico de Marx e *tour de force* excessivo, talvez desnecessário, para a *sua* teoria do valor. Parece evidente que a teoria clássica do valor trabalho, designadamente em Ricardo, tinha finalidades diversas e bem mais modestas (sob certos aspectos, é maior a semelhança com a teoria ricardiana da renda, também perspectivada a longo prazo, denunciadora duma classe «reaccionária» e, afinal, assimilável a certo conceito de exploração, aqui oriunda da classe dos proprietários rurais). Resulta também claro por que razões Marx carecia duma teoria do valor *absoluto*.

Portanto, não fica completa a crítica da teoria marxiana do
440 valor trabalho sem indagarmos daquilo que poderemos encontrar,

no pensamento económico ortodoxo, para enchermos o espaço teórico que aquela preencheu.

A menos que atiremos, ao mesmo tempo, continente e conteúdo para o lixo das coisas inúteis.

3. É altura de reintroduzirmos Samuelson na liça. Na sua já referida análise sobre o problema (assim chamado) da transformação, aquele autor exclui explicitamente a teoria da exploração da sua crítica. Esta pode ser contestável, mas a formulação marxiana dos valores não é indispensável à teoria da exploração. Nesta intervém: uma concepção do salário mínimo de subsistência; uma demarcação entre os bens de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho e o conjunto da produção. A partir daqui, não precisamos dos «valores» para raciocinar.

Noutros trabalhos, porém, Samuelson manifesta o fraco apreço que tem pela concepção do salário mínimo de subsistência e, além disso, o seu cepticismo sobre as análises globais do movimento do sistema capitalista (*laws of motion*). Quanto a isto, Schumpeter terá sido melhor do que Marx (talvez, sobretudo, mais próximo de nós) e, ainda assim, enganou-se quanto às virtualidades da *mixed economy* em que o capitalismo desembocou na segunda metade deste século.

Procuremos, mesmo assim, as respostas às questões de Marx no ortodoxo *Economics*, de Samuelson¹⁴.

O tema alienação é referido em duas passagens, a propósito do funcionamento da *mixed economy* e do pensamento de Marx. É no primeiro contexto que nos interessa ouvir Samuelson: a alienação resulta da excessiva especialização do trabalho (recorda-se os *Tempos Modernos*, de Charlot), já não dos baixos salários reais. Aliás, a desalienação é do próprio interesse da empresa.

E quanto à repartição do rendimento? A teoria «pura» que nos é apresentada assenta na interpretação marginalista dos mercados dos factores produtivos. A negociação colectiva de salários é referida *sem aparato analítico específico*; as técnicas utilizadas são, ainda, as habituais na teoria dos preços. Note-se que a teoria dos jogos é referida, brevemente, a propósito do monopólio e oligopólio; de passagem, Samuelson reconhece: «critics of political economy claim, often with some justice, that it has not mastered the analysis of power.»¹⁵ Nem da luta de classes, ou do conflito social, acrescentamos nós.

Por outro lado, o grande, mas único problema que a economia não resolveu, relativamente aos capitalismos avançados, é o da política de rendimentos que assegure relativa estabilidade de preços com desemprego tolerável¹⁶. A inflação *cost-push* é a grande ameaça da estabilidade dinâmica da *mixed economy*.

¹⁴ Trata-se, é certo, dum manual elementar, introdutório à economia. Mas SAMUELSON conseguiu, exemplarmente, expor ao principiante o essencial da sua concepção da ciência económica, concepção que é também a dominante no Ocidente industrializado. Por isso, o *Economics* merece confronto com o *Das Kapital*.

¹⁵ SAMUELSON, *op. cit.*, p. 505.

¹⁶ ID., *ibid.*, p. 836.

Parece pois que, lançando pela janela a teoria do valor trabalho, ficamos de mãos vazias, quer perante o problema da alienação (e da exploração), quer relativamente ao desenvolvimento a longo prazo do sistema capitalista: continente e conteúdo seriam, afinal, inseparáveis?

Duas hipóteses, então, se põem: ou se trata de falsos problemas; ou se trata duma ciência *irrelevante*, ao menos perante a problemática fundamental na visão marxiana do homem e da sociedade. Visão, todavia, que ainda hoje interessa muita gente.

É esta a «holsa» que está em jogo no combate Marx-Samuelson. Talvez que o pressentimento de qualquer coisa neste sentido, pelo último, tenha motivado a crescente aparição da sombra de Marx nas páginas do *Economics* de 1948 a 1973 ¹⁷.

IV

ESPECULANDO SOBRE PARADIGMAS

1. O lugar de Schumpeter na história da análise económica, que ele próprio pôde escrever melhor do que ninguém, está ainda por definir. Vem a propósito referi-lo aqui por duas razões: pela sua concepção do progresso científico na disciplina económica; pelo papel que desempenhou (ou poderia ter desempenhado) nesse progresso, reflectindo no seu projecto pessoal de investigador o próprio projecto de Marx.

Arrisquemos, desde já, uma opinião ousada: aceitando classificá-lo como Marx burguês (seguindo sugestão de Meek), encontramos em Schumpeter um esboço de paradigma alternativo da ciência económica ortodoxa, que todavia falhou, ou se perdeu provisória ou definitivamente. Vejamos qual o esboço, porque terá falhado e como tudo isso está ligado à anterior discussão.

Dos grandes temas marxianos — alienação, evolução do capitalismo, classes sociais, imperialismo, crítica da economia «ideológica» burguesa — só o primeiro parece não ter interessado Schumpeter. Para já, esta exclusão é significativa duma diferença fundamental de atitude: Schumpeter não partiu duma posição ética sobre o capitalismo (ao menos explícita) e recusou o *bias* ideológico (aliás inevitável) na sua concepção de ideologia como condenação necessária da ciência económica não aliada ao proletariado.

Porém, manteve, com Marx, uma preocupação sobre o destino do capitalismo (conducente, pela sua dinâmica própria, ao socialismo, para bem ou para mal do próprio sistema de valores de Schumpeter, mas por vias muito diversas de marcha para a catástrofe profetizada por Marx) e uma posição crítica das teorias do equilíbrio que significava pôr em causa o essencial da ortodoxia científica do seu tempo.

A confessada admiração por Marx não o impediu de estabelecer uma teoria do desenvolvimento económico [1911, 9b] em

¹⁷ É curioso notar que esta tendência vai no sentido da aproximação política E. U. A. - U. R. S. S.

que este é concebido como processo essencialmente desequilibrante, um processo de destruição criadora; como consequência desta interpretação, no plano metodológico, incluiu a história e a sociologia *económicas* nas ferramentas analíticas do economista. Que teria resultado disto, digamos, se Schumpeter houvesse ensinado dez anos no M. I. T.? Pergunta tola, provavelmente.

No preciso ano da morte de Marx (1883) nascem os dois homens que foram os grandes expoentes da economia «burguesa» na primeira metade deste século: Keynes e Schumpeter. Se folhearmos as páginas do *Economics*, não subsistirão quaisquer dúvidas sobre qual dos dois influenciou decisivamente a corrente ortodoxa do pensamento económico. Superficialmente, embora, não é difícil encontrar explicações para o facto. Reduzimo-las a quatro pontos básicos:

Primeiro, a dinâmica do capitalismo determinou (até certo ponto) uma ciência económica entendida como *teoria dos sistemas económicos controlados* (Adolph Lowe).

Neste sentido, é evidente que a *Teoria Geral*, de Keynes, seria mais influente que, por exemplo, o *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Digamos que a *procura social* de economia encontrou resposta adequada na oferta, mediante Keynes e seguidores. E Samuelson tem provavelmente razão em confiar que a inflação *cost-push*, mais dia menos dia, encontre também resposta adequada dentro do paradigma ortodoxo. É para isso que ele existe, aliás.

Segundo, as contribuições teóricas, com vocação para encherem o paradigma, são fecundas na medida em que propiciam actividades de *ciência normal*, à Khun. Isto é: definir um preciso campo de reflexão, refinar certos instrumentos de análise e deixar por resolver certos problemas, cada vez mais finos e especializados, estimulando ao mesmo tempo uma investigação bem delimitada nos seus meios e objectivos, é função essencial da contribuição científica que aspira à condição paradigmática; conceitos tais como os de equilíbrio, função consumo, multiplicador, produtividade marginal, etc., são mais fecundos — naquela perspectiva — do que os de luta de classes, alienação, exploração ou mesmo conflito-concurso ou estratégia mini-max. Sobretudo se pensarmos na tranquila *normalidade* da investigação econométrica.

Terceiro, existe uma certa *ideologia* económica subtilmente percebida por Bertrand de Jouvenel quando afirma: «[...] on trouve dans la recherche économique un délassement délicieux, parce qu'on se tient pour assuré qu'aucun progrès de la science économique ne saurait dicter des actions qui ne soient généralement bénéfiques» [1965, 11]. O economista de tipo ortodoxo é naturalmente optimista sobre o mundo e a sua ciência, procura respostas úteis, eficientes, para problemas correntes e não se inquieta com o *por detrás* das coisas, não pretende desmontar engrenagens, pôr em causa sistemas. De Marx, esse papel passou mais aos sociólogos ou filósofos do que aos economistas. Estes são, aliás, tomados por filósofos ou sociólogos quando, exactamente, querem ver para além do cenário patente ao público (casos de Myrdal ou Perroux, por exemplo). Historiador

e sociólogo, além do mais, Schumpeter condenou-se, em certa medida, por essa sua curiosidade, *excessiva* para economista.

Quarto, o paradigma ortodoxo não poderia deixar de reflectir o domínio, na comunidade científica dos economistas, das economias e das sociedades dominantes no próprio objecto do conhecimento. Ouçamos, uma vez mais, Samuelson no *Economics*¹⁸:

«This has been a century of change in the mixed economy. But how fast is fast enough? How fast is too fast? You cannot expect a hungry mother in Appalachia to give the same answer to this question as a self-made tycoon. The role of value judgment can never be usurped by so-called 'neutral science'.»

Claro que no lugar da mãe faminta da Appalachia podemos imaginar o candidato a economista argelino, brasileiro ou indiano. E o paradigma ortodoxo está mais próximo das curiosidades e problemas do *self-made tycoon*.

2. O dilema que formulámos em III, 3 — ou são falsos problemas os levantados por Marx ou é irrelevante a ciência económica ortodoxa — pode agora ser retomado de forma mais matizada. A chamada ortodoxia tem validade científica no campo em que se situa. Não faz sentido considerar como irremediavelmente alienado e ideológico um corpo de pensamento que, legitimamente, até pode fundamentar a gestão racional *doutro* sistema económico, distinto do capitalismo. Todavia, esta validade situa-se mais no campo daquilo que Sweezy, com algum desdém, apelidou de engenharia social.

Contudo, a problemática marxiana, devidamente reformulada, continua obviamente a fazer sentido. Alienação e exploração são termos que evocam experiências muito concretas de indivíduos, classes e nações da segunda metade do século XX, mesmo que o respectivo conteúdo não tenha ainda sido definido ou redefinido da forma instrumentalmente mais fecunda. Este (possível) paradigma heterodoxo não pretende, porém, acima de tudo, a engenharia social, mas a *crítica* e a *transformação* (porventura violenta) da ordem existente. Daí, também, a continuada curiosidade pelas «leis do movimento» dum sistema económico nacional e internacional, que, embora não sujeito a tendências inelutáveis — como erroneamente supôs Marx —, tem uma lógica interna (como viu Schumpeter) que interessa descortinar, mesmo prospectar, se o objectivo é fundamentar acções orientadas a longo prazo.

Simplesmente, se confrontamos os manuais de Samuelson com os de Sweezy ou Mandel (sem falar no manual da Academia de Ciências da U. R. S. S.), não podemos evitar esta simples constatação: o *Economics* está muitíssimo mais à altura da sua função. *Know-how* profissional, rigor lógico, simples capacidade de formular e discutir ideias claras, desequilibram a balança onde as chamadas «boas causas» mais necessitariam de apoio. E a ironia (mais uma) da questão encontra-se, finalmente, no se-

guinte: ao pretender «secularizar» o marxismo, como expressamente diz Samuelson, este presta melhor serviço a Marx do que boa parte dos seus defensores¹⁹.

BIBLIOGRAFIA

- [1a] Samuelson, Paul — *Economics*, McGraw-Hill, 1973, 9.ª ed.
- [1b] — «Marxian Economics as Economics», in *American Economic Review*, Maio de 1967.
- [1c] — «Understanding the Marxian Notion of Exploitation: A summary of the so-called transformation problem between Marxian Values and Competitive Prices», in *Journal of Economic Literature*, Junho de 1971.
- [1d] — «The transformation from Marxian Values to Competitive Prices: A process of rejection and replacement», in *Proceedings of the National Academy of Sciences*, Setembro de 1970.
- [2a] Mandel, Ernest — *Traité d'Economie Marxiste*, R. Juillard, 1962, Col. «10/18».
- [2b] — *La Formation de la Pensée Économique de Karl Marx*, Paris, Maspero, 1967.
- [3a] Sweezy, Paul — *Theory of Capitalist development*, Oxford University Press, 1942.
- [3b] — «Critique de l'Économie Politique», in *L'Homme et la Société*, n.º 15, 1970.
- [4] Lange, Oskar — «Marxian Economics and Modern Economic Theory», in *The Review of Economic Studies*, Junho de 1935.
- [5] Khun, Robert — *The structure of scientific revolutions*, University of Chicago Press, 1970, 2.ª ed.
- [6] Morgenstern, Oskar — «Thirteen Critical Points in Contemporary Economic Theory: an interpretation», in *Journal of Economic Literature*, Dezembro de 1972.
- [7a] Marx, Karl — *Salaire, Prix et Plus-Value*, in *Œuvres*, t. I, M. Rubel ed., 1963 «Bibliothèque de la Pléiade».
- [7b] — *Le Capital*, liv. I, cap. VI, in *Œuvres*, t. I.
- [7c] — *Le Capital*, liv. III, p. 980, *Œuvres*, t. II.
- [7d] — *Status de l'Association Internationale des Travailleurs*, in *Œuvres*, t. I, p. 470.
- [7e] — *Économie et Philosophie (Manuscrits parisiens)*, in *Œuvres*, t. II, pp. 56 e segs.
- [8] Dobb, Maurice — «The Sraffa system and critique of the neo-classical theory of distribution», in *The Economist*, vol. 118, 1970, pp. 347-362.
- [9a] Schumpeter, Joseph — *History of Economic Analysis*, Aalen and Unwin, 1954, p. 597, nota 18.
- [9b] — *Theory of economic development*, 1934 (original alemão de 1912).
- [10] Meek, Ronald — *Economics and Ideology and other essays*, Londres, Chapman and Hall, caps. IX e X.
- [11] Jovenel, Bertrand de — «Orientation de l'efficience», in *Le développement social*, Unesco, 1965, (volume organizado por Aron et Hoselitz).

¹⁹ Talvez que tudo pudesse resolver-se se qualquer organização internacional convidasse SAMUELSON a estagiar dois ou três anos numa universidade do Terceiro Mundo (em Cuba, por exemplo) com a incumbência de produzir um paradigma heterodoxo, sem sacrifício da economia matemática, mas com largo suporte da história e sociologia económicas. O sistema de valores, bem entendido, seria o da «hungry mother in Appalachia».